RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.
Ano IV, v.1, n.2, ago./ dez 2024. | submissão: 02/12/2024 | aceito: 04/12/2024 | publicação:06/12/2024

POLÍTICA DE INCLUSÃO CONTEXTO HISTÓRICO[1]

Dilene Correia Santos[2]

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar sobre práticas pedagógicas de inclusão dentro do âmbito escolar, para aprimorar o conhecimento na área, bem como sua importância para a sociedade, levando em consideração o marco legal para implantação das políticas de inclusão e contexto histórico no Brasil. O objetivo geral é problematizar acerca das políticas de inclusão no Brasil. A metodologia utilizada para esse artigo é de cunho qualitativa, com levantamento bibliográfico e coleta de dados a partir de questionário. Pretende-se aqui entender como se deu a efetivação das leis de inclusão, levando em consideração as leis e os documentos oficiais tais como: a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Mistério da Educação e Cultura (MEC), a Declaração de Salamanca e outros; nesse sentido traçou-se a questão problema para percorrer. Quais as nuances que fizeram parte da implantação da Política de Inclusão e como ocorre sua implementação nas instituições escolares? Para tanto, contou-se com a contribuição teórica de: KASSAR & REBELO (2011), Fonseca (2002), Mantoan (2006), MENDES (2006), FONTES (2003).

Palavras-chave: Política de Inclusão; Inclusão escolar; Ensino Fundamental.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo investigar sobre práticas pedagógicas de inclusão dentro do âmbito escolar, para aprimorar o conhecimento na área, bem como sua importância para a sociedade, levando em consideração o marco legal para implantação das políticas de inclusão e contexto histórico no Brasil.

É discutido aqui o percurso dos primeiros atendimentos às pessoas com deficiências, desde o cuidado assistencialista até a conquista da legislação da inclusão, como direito legal e igualitário.

Abordou-se sobre a primeira lei federal que indicava necessidade de serviços de educação especial em seu artigo 88 e 89. Nesse documento cita apenas um "possível lugar para o aluno" e uma "possibilidade de subsídios por meio de bolsas de estudo às iniciativas privadas que comprovarem eficiência no tratamento de crianças excepcionais (KASSAR & REBELO, 2011, p. 4).

Pretende-se aqui entender como se deu a efetivação das leis de inclusão, levando em consideração os documentos oficiais tais como: a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Mistério da Educação e Cultura (MEC), a Declaração de Salamanca e outros; contextualizar a partir dos autores que tiveram contribuições significativas para a política de inclusão. Problematiza-se neste artigo de que modo, se deu a Política de Inclusão. A evolução do conceito de deficiência e das práticas escolares. Dessa forma questiona-se: Quais as nuances que fizeram parte da implantação da Política de inclusão e como ocorre sua implementação nas instituições escolares?

A metodologia utilizada para esse artigo é de cunho bibliográfico e coleta de dados a partir de questionário, com o objetivo de reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta pelo tema. Para Fonseca (2002), métodos significa organização, e logos, estudo sistemático, pesquisa, investigação; ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo.

Segundo Gil (2002, p.44) "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Nesse tipo de pesquisa é necessário conhecer o material já escrito sobre o assunto, selecionar e analisar autores que discorrem e pesquisam a respeito do tema proposto e que farão parte de sua discussão teórica.

Nesse sentido, o objetivo geral é Problematizar acerca das políticas de inclusão no brasil, sendo os objetivos específicos da pesquisa:

a) Analisar as políticas de inclusão;
b) investigar o contexto de elaboração das políticas de inclusão;
c) propor reflexões acerca do cenário educacional existente, de modo a provocar novas

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

possibilidades para práticas inclusivas.

Com esse propósito seguem adiante as reflexões acerca do tema, Educação Inclusiva na escola.

1 MARCO LEGAL DA INCLUSÃO NO BRASIL

No Brasil, o início do atendimento às pessoas com deficiência, surgiu no Rio de Janeiro, em 1854, com Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamim Constant – IBC, e em 1857, criação do Instituto dos Surdos Mudos, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES. Em 1926, é fundado o Instituto Pestalozzi, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental. O primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, foi criado por Helena Antipoff, em 1945. Após dez ano, em 1954 é fundada APAE – a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

"Em 1961, promulgou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº4.024/61, primeira lei federal que indicava a necessidade de serviços de Educação Especial". (JÚNIOR & TOSTA, 2012, p. 2), em seu artigo 88 e 89.

> Art. 88. A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.
> Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções.

É percepitível, nesse documento, que não cita qualquer referência às especificidades da educação oferecida aos alunos com deficiência, apenas a alusão a um "possível lugar para o aluno" e uma "possibilidade de subsídios por meio de bolsas de estudo às iniciativas privadas que comprovarem eficiência no tratamento de crianças excepcionais" (KASSAR & REBELO, 2011, p. 4).

A Lei Educacional nº 5.692/71 no ano de 1971 – altera a LDBEN de 1961, enquanto a lei previa o direito à educação integrada ao ensino, a Lei nº 5.692/71, veio promover uma ampliação com relação ao aluno da educação especial e aumento das classes e escolas especiais. Percebe-se que não enfatiza como deveria ser o atendimento oferecido aos alunos com deficiência, apenas reforça o atendimento segregado fora do ambiente escolar (LDB 1971).

De acordo com art. 9º

> Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes conselhos de educação" (LDB 1971).

Tendo em vista que a mesma foi muito sucinta em vários aspectos da educação. E com base no dispositivo legal, nota-se que a referida lei não se prioriza a inclusão dos alunos, não oferece uma capacitação docente e nem mesmo a oferta obrigatória do atendimento na rede regular de ensino BRAZIL, 1978).

Em 1973, cria-se o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP[1], junto ao ministério da Educação. Após cinco anos, foi publicado em conjunto pelos Ministérios da Educação e Cultura (MEC) e da Previdência e Assistência Social (MPAS), a Portaria Interministerial nº 186/78, que tinha o objetivo de "ampliar oportunidades de atendimento especializado, de natureza médico-psicossocial e educacional para excepcionais, a fim de possibilitar sua integração, social" (BRASIL, 1978, cap. I, art. 1º, inciso I).

De acordo com a Portaria,

> [...] o encaminhamento de excepcionais para atendimento especializado deverá ser feita com base no diagnóstico, compreendendo a avaliação das condições físicas, mentais, psicossociais e educacionais do excepcional, visando a estabelecer prognóstico e programação terapêutica e/ou educacional (BRASIL, 1978, cap. I, art. 5º).

Sendo assim, ainda não é efetivado uma política pública de acesso à educação, continua com a concepção de 'políticas especiais', não é organizado um atendimento especializado que considere as singularidades de aprendizagem desses alunos. Resulta em uma educação assistencialista, terapêutica e educacional, condicionado ao diagnóstico e este ao prognóstico.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

A Constituição Federal de 1988, garante em seus dispositivos que a educação é um direito fundamental.

> IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.(art.3º inciso IV).
> Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola" , como um dos princípios para o ensino e, garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Na Constituição Federal é estabelecido à necessidade da acabar com analfabetismo, universalizar o atendimento escolar, a melhoria da qualidade no âmbito escolar, necessidade da formação humanística e formação para o trabalho. Assim, torna possível a inserção das pessoas deficientes na sociedade por meio da inclusão, oriunda da educação e do preparo para o trabalho.

Fávero, Pantoja e Mantoan (2007, p. 26) ressaltam que "[...] apenas esses dispositivos legais bastariam para que ninguém negasse a qualquer pessoa com deficiência o acesso à mesma sala de aula de crianças ou adolescentes sem deficiência". As autoras colocam que a Constituição acredita que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) seja oferecido fora da rede regular de ensino, em outros estabelecimentos, já que seria um complemento e não um substitutivo à escolarização ministrada na rede regular para todos os alunos.

Trata-se do atendimento que é necessariamente diferente do ensino escolar e que é indicado para melhor suprir as carências e atender as especificidades do alunado, e que inclui instrumentos necessários à eliminação de barreiras que as pessoas com deficiência têm para relacionar-se com o meio ambiente (FÁVERO; PANTOJA; MANTOAN, 2007).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, assegura o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; em seu art. 55, reforça a obrigatoriedade de matricula a todos, "os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino". Nesse mesmo período, a Declaração mundial de Educação para Todos (1990), consta em seus respectivos documentos, "as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial", e a Declaração de Salamanca (1994), trata de princípios, políticas e práticas das necessidades educativas especiais. passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de 'integração instrucional' que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que "(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais" (BRASIL, 1994).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

> Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.
> Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 1994).

No entanto, para a inserção no contexto escolar das pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais, é necessário que executem políticas públicas bem definidas que tragam regulamentações, ações, orientações e que garantam investimentos para a educação especial numa perspectiva inclusiva (MENDES, 2010; MIRANDA, 2003; MANTOAN, 2006).

Nesse sentido, todo e qualquer cidadão, inclusive as pessoas com deficiência têm o direito de usufruir dos bens sociais, como a educação, que é um direito de todos, um sistema educacional inclusivo deve garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1.1 Contextualização de inclusão

Mantoan (2006), traz que a inclusão acontecerá quando houver uma mudança no contexto escolar, o paradigma da mudança, sobre o que entendemos como educação escolar e o seu papel na sociedade. Sem a inovação em sala de aula não há como mobilizar trajetos de práticas inclusiva. A autora traz ainda que "a escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia" (MANTOAN, 2006, p. 14) que só constroem barreiras para que a inclusão aconteça. Uma inclusão democrática, na perspectiva contrária a inclusão como socialização, sugere que deixemos de lado o pensamento de que a massificação do ensino já seja o suficiente para a inserção de todos igualitariamente ao denunciar que a escola abriu espaço para os "(...) novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Por isso exclui os que ignoram o conhecimento que ela valoriza (...)" A inclusão total passa a ser questionada pelos militantes, se o conhecimento valorizado pela escola não é comum e significativo para todos, então a comunidade escolar está sendo democrática? (MANTOAN, 2006, p. 15).

Desse modo, a educação inclusiva foi se formando distante da educação regular. Já com os movimentos sociais pelos direitos humanos, na década de 1960, surge a discussão dos grupos com "status minoritários", com uma proposta de educação escolar para todos. Baseados "(...) sob o argumento irrefutável de que todas as crianças com deficiências teriam o direito inalienável de participar de todos os programas e atividades cotidianas que eram acessíveis para as demais crianças" (MENDES, 2006, p. 388).

Os movimentos ressaltavam os potenciais benefícios na convivência entre crianças deficientes e crianças não deficientes. Por exemplo, os alunos com deficiências poderiam "(...) participar de ambientes mais desafiadores; ter mais oportunidades para observar e aprender com os alunos mais competentes; viver em contextos mais normalizantes e realistas para promover aprendizagens significativas; e ambientes sociais mais facilitadores e responsivos" (MENDES, 2006, p. 388).

Já as crianças sem deficiência, os professores poderiam proporcionar a discussão sobre "(...) a possibilidade de aceitar as diferenças nas formas como as pessoas nascem, crescem e se desenvolvem, e promover neles atitudes de aceitação das próprias potencialidades e limitações" (MENDES, 2006, p. 388).

Para Fontes (2003), foi com esses argumentos morais, políticos e legais que a inclusão vem se transformando e ganhando mais espaço nas discussões educacionais de todos os segmentos. Com o Plano Nacional de Educação, no século XXI, que dispõe que a Educação Especial é considerada como uma modalidade de ensino e traz como diretriz a plena integração das pessoas com necessidades especiais em todas as áreas da sociedade. Trata-se, portanto, de duas questões: o direito a educação, comum a todas as pessoas, e o direito a receber essa educação sempre que possível junto com as demais pessoas nas escolas regulares.

2 PROCEDIMENTOS METÓDOLOGICOS

A escolha pela investigação do tema se deu devido à necessidade de conhecimento na área, como pedagoga, vejo uma grande carência de práticas pedagógicas inclusivas dentro do âmbito escolar. Essa é a motivação para investigar sobre o tema proposto. Desta forma, o Problema da pesquisa é: Quais as nuances que fizeram parte da implantação da Política de inclusão e como ocorre sua implementação nas instituições escolares?

Nesse sentido, os objetivos específicos da pesquisa são:

a) Analisar as políticas de inclusão;
b) Investigar o contexto de elaboração das políticas de inclusão;
c) Propor reflexões acerca do cenário educacional existente, de modo a provocar novas possibilidades para práticas inclusivas.

Para tanto, no intuito de atingir esses objetivos foi necessário realizar a pesquisa bibliográfica e de campo.

Segundo Gil (2002, p.44) "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Nesse tipo de pesquisa é necessário conhecer o material já escrito sobre o assunto, selecionar e analisar autores que discorrem e pesquisam a respeito do tema proposto e que farão parte de sua discussão teórica.

De acordo com Godoy (1995, p.21) "a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambiente". Para tanto, o pesquisador, analisa numa perspectiva integrada, considerando todos os pontos de vista, a interpretação e qualidade das respostas, geralmente busca particula-

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

ridades. Partindo de perguntas abertas, que vão abrindo caminhos para a investigação.

Acerca da pesquisa de campo Gil (2002, p.53) contribui, "o estudo de campo constitui o modelo clássico de investigação no campo da Antropologia, onde se originou. Nos dias atuais, no entanto, sua ultilização se dá em muitos outros domínios, como no campo da Sociologia, da Educação, da Saúde Pública e da Administração". O estudo de campo permite um maior aprofundamento das questões e flexibilidade no decorrer da pesquisa. Podendo ultilizar muito mais técnicas de observação ao invés de interrogação. Pode ser realizado em uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou qualquer outra atividade humana.

Para Gil (2002,p.114) "questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado". Consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos, alinhados ao problema de pesquisa do início do projeto. O questionário pode ser aplicado por e-mail, sem a presença do pesquisador e por sites que prestam serviço de aplicação. As questões podem ser abertas ou fechadas.

Sendo assim, busquei fazer a entrevista com duas professoras: uma da sala regular e a outra da sala multifuncional (Atendimento Educacional Especializado - AEE), as entrevistadas tiveram liberdade para respoderem ao questiónario, contar um pouco das sua experiências, angústias e desafios. Os dados foram coletados no ano de 2019.

2.1 O *locus* do estudo

A pesquisa de campo foi realizada na Escola Estadual Maria Lima Cadidé, situada na avenida São João, 1177 – Vila Operária, Rondonópolis-mt, cep: 78720- 618, telefone: (66)3426-1817, sendo 12 salas de aulas, 1 laboratório de informática, 1 biblioteca, 1 pátio descoberto, 1 sala da diretoria, 1 sala de recursos multifuncional para Atendimento Educacional Especializado AEE, 1 sala da secretaria, 1 sala dos professores, 1 cozinha, 1 dispensa. Atende as turmas de ensino fundamental de nove anos, AEE e Eja Ensino Fundamental – anos finais e ensino médio, no período matutino, vespertino e noturno. Possui uma média de 35 a 40 professores e 660 alunos atendidos.

2.2 O sujeito do estudo

A entrevista foi realizada com duas professoras do ensino fundamental da rede municipal, uma da Sala Regular e a outra da Sala de Recursos Multifuncional.

A primeira entrevistada, sexo feminino, 47 anos, lincenciada em Pedagogia, pós graduada em Educação Especial e Inclusão no espaço escolar, 21 anos de atuação na docência, 5 anos nesta escola. Desempenhou a função de articuladora da aprendizagem por 2 anos, trabalha 30 horas semanais.

A segunda entrevistada, sexo feminino, 29 anos, formada em lincenciada em Pedagogia, pós graduada em Atendimento Educacional Especializado, 7 anos de atuação na docência, 1 ano nesta escola, trabalha 30 horas semanais. No ano de 2019, atende 12 alunos entre matriculados e estudo de caso.

2.3 Análise de dados

Abaixo seguem os dados e análises evidenciadas e apontadas na pesquisa, ressalto que estes foram coletados por meio de questinário escrito, transcrito e analisado pela pesquisadora.

1 – Para complementar sua formação: O que você faz?
Resposta professora A : Procuro estudar, pesquisar buscando enriquecer os desafios que surgem, com práticas interventivas.
Resposta professora B: Cursos específicos na educação especial e inclusiva.

A formação dos profissionais da educação, é sem dúvida, muito importante para a melhoria do pro-

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

cesso de ensino e para o enfrentamento das diferentes situações. Segundo Kupfer (2001, p.22), o professor precisa sustentar sua função de produzir enlace, em acréscimo a sua função pedagógica, assim é possível encontrar maneiras para superar os impasses do dia a dia na sala de aula, é levar as crianças e adolescentes a encontrar um "lugar" na escola.

Para melhorar a prática docente a escola oferece a formação continuada de professores, mantendo atualizado e bem informado sobre os acontecimentos e novas práticas pedagogicas e suas teorias.

A formação continuada no Brasil, está assegurada por lei (Incluíndo pela Lei n°12.056/20090, que acrescenta parágrafos ao art.62 da LDBEN, "a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério"(BRASIL, 2009b). Vale ressaltar, que essa formação ganhou um lugar de destaque nas políticas públicas para a educação, e tornou uma ferramenta grandiosa para os professores progredirem na carreira (BRASIL, 2001).

2 – Os temas trabalhados suprem sua necessidade formativa?
Resposta professora A: Não suprem. Procuro estudar, aprimorar sempre que posso para uma prática de sala mais integradora onde o aluno possa se sentir motivado e estimulado no espaço que se encontra.
Resposta professora B: Sim

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Acerca das necessidades formativas do professor Davis contribui, “A formação continuada vê-se obrigada a suprir as carências e lacunas com as quais os docentes apresentam-se nas escolas” (DAVIS et. Al., 2011). Para isso, é neccessário possíveis abertura de diálogos e reflexão entre os profissionais, para melhor interação e alcance de práticas interdisciplinares. Desse modo, amplia os conhecimentos dos docentes.

3 – Você participa de formações especifícas para atuar com as crianças com deficiência? Quais?
Resposta professora A: Não participo, porém, busco estudar, pesquisar para atribuir ao aluno um aprendizado significativo onde o mesmo possa sentir incluído e também consiga construir e desenvolver um conhecimento de forma construtiva.
Resposta professora B: Sim. Específicas do AEE realizadas pelo CEFAPRO e nucleo de professoras do AEE. Além de cursos de capacitação.

Conforme aponta Galve e Sebastian (2002, p.18), no caso dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais, o professor precisa identificar e conhecer as suas competências e os recursos/estratégias de ensino que proporcionam a sua aprendizagem, de forma a superar ou compensar os comprometimentos e/ou dificuldades existentes. O professor precisa identificar quais são as barreiras e elementos facilitadores da aprendizagem, e assim, tornar o mediador do conhecimento.

Conforme RopolI et al., (2010) para atuar no AEE, os professores devem ter formação específica para este exercício, que atenda aos objetivos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Nos cursos de formação continuada, de aperfeiçoamento ou de especialização, indicados para essa formação, os professores atualizarão e ampliarão seus conhecimentos em conteúdos específicos do AEE, para melhor atender a seus alunos. Contudo, sua formação deve direcionar sua ação, com práticas pedagógicas adequada para a preparação e promoção do progresso em direção ás escolas inclusivas.

4 – No intuito de proporcionar práticas inclusivas às **crianças, como** é desenvolvido **o trabalho em sala? Ocorre uma parceria com o professor da sala de AEE?**
Resposta professora A: Sim. Procuro ser fléxivel na abordagem do conteúdo, desenvolvendo e possibilitando intervenções multiplas acompanhando na construção dos saberes, pois penso que cada aluno necessita de um olhar diferenciado e uma interação eficaz entre ambas as partes, aluno/professor/professor/aluno.

Essa pergunta fez se necessário somente para professora A do ensino regular, a fim de perceber a in-

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

clusão das crianças dentro do que é proporcionado pela professora, como a prática e o vínculo entres os pares.

5 – Como é realizado os trabalhos com os alunos na sala do AEE: é um trabalho complementar/suplementar em consonância com suas necessidades formativas com os conteúdos desenvolvidos pelo professor(a) da sala de aula regular ou é um trabalho desenvolvido a partir dos interesses do aluno?
Resposta professora B: É um trabalho de complementação ou suplementação de acordo com as necessidades específicas do aluno.

Essa pergunta fez se necessária somente para professora B, visto que a mesma é professora da sala de recurso, porém, sua prática dentro da sala de recursos oferece conteúdos apartir de que?

Como afirma Manzini e Santos (2002 "as adaptações se referem a um contexto – e não me refiro à criança, mas ao particular ponto de encontro que ocorre dentro da aula em que convergem a criança, sua história, o professor, sua experiência...pois, assim é possível pensar em uma prática educativa voltada para a diversidade. "Cada necessidade é única e, portanto, cada caso deve ser estudado com muita atenção". Neste caso, o professor precisa ter um olhar individualizado para com cada aluno.

6 – Quais os principais desafios que você vivenciou ou vivencia como professor(a) que atua com crianças com deficiência?
Resposta professora A: Penso que são muitos, por exemplo: a falta de apoio dos governantes, espaços mais amplos, mais formação na área para aquisição de mais conhecimentos, laboratórios aperfeiçoados para estudos, pesquisas, trabalhos com alunos no dia a dia, materiais pedagógicos dentre outros.
Resposta professora B: Vivenciei. Trabalhar o sistema da escrita tátil-braille. Mas ressalto que na sala de recurso a cada dia é um novo desafio e é preciso muita responsabilidade e sabedoria para enfrentar e superar os desafios.

De acordo com Galve e Sebastian (2010, p.38) e Ainscow (2000, p.38), o movimento pela inclusão se constitui em uma postura ativa de identificação das barreiras que dificultam a aprendizagem escolar que alguns grupos encontram, bem como a busca de estratégias para ultrapassá-las, consolidando um novo paradigma educacional que se baseia na escola aberta às diferenças. Dessa forma, permite a transformação da escola e de sua pedagogia com o objetivo de oferecer uma educação para todos.

Conforme a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, publicada no ano de 2007,O principal desafio para os professores especialistas no Atendimento Educacional Especializado (AEE), que assumem a regência de uma Sala de Recursos Multifuncional (SRM), é atender alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que são encaminhados a esse espaço. Nesses ambientes devem ser oferecidas todas as condições de desenvolvimento para que possam ter acesso ao currículo da sala de regular em que estão matriculados (BRASIL, 2001).

Sobre o atendimento aos educandos, considerando turno e carga horária direta com os alunos, ambas responderam que este se dá em turno integral, sendo no contraturno da aula do aluno, a duração do atendi-

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

mento é de 02h (duas horas). com

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) que ocorre nas Salas de Recursos Multifuncionais, em horário contrário ao da classe regular, tem por objetivo proporcionar às crianças um trabalho complementar específico, para que possam superar e/ou compensar as limitações causadas pelos seus comprometimentos sensoriais, físicos, intelectuais ou comportamentais, desenvolvendo e explorando ao máximo suas competências e habilidades. Nesse sentido, o ensino nas Salas de Recursos Multifuncionais, precisa adequar a cada indivíduo que por ali perpassa, considerando cada dificuldade e valorizando as capacidades e pontencialidades (PAULA, 2007).

Considerando o contexto da diversidade de deficiências existentes as maiores dificuldades encontradas no cotidano da sala de AEE pela professora B, é o braile, mas digo que um dos desafios/dificuldades é trabalhar também com a famíla, claro que é uma minoria.

Segundo Paula (2007) "[...] a família tem um papel importante no favorecimento dessas experiências". Alguns fatores como a falta de compromisso da família interfere no desenvolvimento e aprendizagem do aluno. Enfatiza a autora que "é na família que aprendemos a nos relacionar com os outros". Portanto, essa construção da sociedade de pessoas com deficiência inicia com os principais agentes no berço familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando este artigo, concluo o quanto foi importante investigar o contexto histórico das Políticas de Inclusão no Brasil. A busca pelo conhecimento na área e as práticas pedagógicas inclusivas dentro das instituíções escolares, permitiu um novo olhar acerca das necessidades existentes.

Foi possível perceber no decorrer do trabalho o quanto demorou para efetivar uma política publica de inclusão no brasil, passando por vários levantamentos e questionamentos, porém, ainda caminhando para uma eficácia.

Diante disso a pesquisa teve como objetivo geral : Problematizar acerca das políticas de inclusão no Brasil, o trabalho conseguiu efetivamente analizar as políticas de inclusão; investigar o contexto de elaboração das políticas de inclusão e propor reflexões acerca do cenário educacional existente de modo a provocar novas possibilidades para práticas inclusivas.

Nota-se que a educação inclusiva vem ganhando novos rumos e reconhecimento do direito ao atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência, dentro dos espaços escolares e fora dele. Permintindo o acesso a educação de qualidade e de direito a todos.

Vale ressaltar que o professor é o principal mediador do conhecimento dentro do processo ensino aprendizagem, e que juntos com as famílias possam buscar e compreender as nuances de cada situção, que somos expostos diariamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL**. Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2008. Disponível em Acesso em 28 de jul. de 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**: livro 1/MEC/SEESP-Brasília: a Secretaria, 1994.

CONSELHO Nacional de Educação, **Câmara de Educação Básica**. "Proposta de regulamentação da Lei 9.394/96" e "Trabalho preliminar de interpretação da LDB". Brasília, 1997, mimeo.

Encontrado em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref. 04 de Fev. 2021.

DAVIS, C.; NUNES, M.; ALMEIDA, P. **Formação continuada de professores**: uma análise das modalidades e das práticas em estados e municípios brasileiros. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2011.

GALVE MANZANO, José Luis, SEBASTIÁN HEREDERO, Eladio e outros. **Las daptaciones curriculares**. Vol I. Madrid: Ed CEPE, 2002.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

GIL, Antônio Carlos Gil. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo. Atlas. 2002.

FÁVERO, E. A. G.; PANTOJA, L. de M. P.; MANTOAN, M. T. E. **Atendimento**

Educacional Especializado: aspectos legais e orientação pedagógica. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002

GODOY, A. S.Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

KASSAR, M. C. M.; RABELO, A. S. O "Especial na educação, o entendimento especializado e a Educação Especial. In. Seminário Nacional de Pesquisa em educação especial – prática pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado, 6.; 2020. **Anais Nova Almeida** EDUFES, 2011.

KUPFER, Maria Cristina M. Freud e a **educação: o mestre do impossível**. São Paulo, Scipione, 1989..

JUNIOR, Edson Mendes ;TOSTA, Estela**. 50 anos de políticas de educação especial no Brasil**: movimentos, avanços e retrocessos. In : ANPED SUL: Seminário de pesquisa em educação da região Sul. 9. UCS. 2012. Disponível em: .Acesso em 03 de Fev. 2021.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Inclusão Escolar:** o que é? Por quê? Como fazer?. 2 ed. São Paulo. Moderna, 2006. (Cotidiano escolar: ação docente).

MANZINI, E. J.; SANTOS, M. C. F. **Portal de ajudas técnicas para a educação**: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência-recursos pedagógicos adaptados. Brasília: MEC, 2002.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve Histórico da Educação Especial no Brasil.

Revista Educación y Pedagogía, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010.

MIRANDA, A.A.B. **A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental**. Unimep, 2003.

PAULA, Ana Rita de. COSTA, Carmem Martini. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: A escola comum inclusiva. Brasília: MEC, 2010.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.